

Inserção de estrangeiros no programa de Estudantes Convênio de Graduação em uma universidade federal no interior do Estado de Minas Gerais – Brasil

The insertion of foreign students in the PEC-G Program of a Federal University in the State of Minas Gerais – Brazil

Acir Mário Karwoski

Doutor em Letras
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
e-mail: acirmario@letras.uftm.edu.br

Dalva Pereira da Silva

Especialista em Docência na Educação Superior
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
e-mail: dalvaps@yahoo.com.br

Nilda Rosa Nunes Martins

Especialista em Docência na Educação Superior
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)
e-mail: nildarosa@netsite.com.br

Resumo

Neste artigo, apresenta-se um estudo sobre a inserção de estudantes estrangeiros no Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) de uma universidade federal do interior de Minas Gerais, Brasil. Após aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, foi feita análise qualitativa de como os estudantes estrangeiros vivem e se relacionam com seus pares estudantes, com os professores e com os servidores técnico-administrativos. Os dados e resultados mostram as dificuldades, fragilidades e potencialidades desse programa de mobilidade internacional.

Palavras-chave: Estudantes PEC-G. Internacionalização. Mobilidade. Universidade.

Abstract

In this research is presented a study about the insertion of foreign students of the program PEC-G in a Federal University in the State of Minas Gerais – Brazil. After the application of questionnaires and interviews, a qualitative analysis was made to determine how they live and relate with their peers, classmates, professors and technical administrative professionals. The data and results show their difficulties, weaknesses and the potential of this mobility program.

Key words: Internationalization. Mobility. PEC-G student. University.

Introdução

Qualquer nação que se diga democrática deve estabelecer relações de diversas naturezas, em especial de suas universidades com outros centros de produção do conhecimento e agentes de desenvolvimento. Na dimensão diplomática, o desejo de cultivar uma relação equilibrada por acordos de cooperação minimiza a vulnerabilidade externa e cria condições mais favoráveis para a inserção ativa da nação no cenário da internacionalização.

Com a concepção de que o crescimento econômico sustentável e a qualidade de vida de uma nação devem estar baseados no desenvolvimento de suas capacidades científicas e na criação de uma massa crítica de pesquisadores que atuem dentro de um marco de cooperação regional e internacional que contribuam a fortalecer as relações de mútuo aprendizado e maior horizontabilidade (LAUS, 2003, p. 3).

A massa crítica de pesquisadores concentra-se, em sua maioria, nas universidades. No caso do Brasil, ressalvadas poucas exceções, as universidades federais abrangem um volume expressivo de pesquisadores. O Ministério da Educação (MEC), por intermédio de sua Secretaria de Educação Superior (SESU), desenvolve diversos programas e projetos de internacionalização. O MEC conta com parcerias importantes estabelecidas pela CAPES, pelo CNPq e por outras agências de fomento que visam, dentre outros objetivos, a internacionalização das instituições universitárias brasileiras.

Com a África, em particular, as relações são estreitas e o Estado nacional brasileiro busca maior aproximação para construir novas políticas de relacionamento com esse continente, precisamente com os países de língua portuguesa, até por sermos o segundo país do mundo não africano com maior agrupamento de negros. O Brasil deseja, também, explorar os laços étnicos e culturais existentes, além do esforço de acelerar o desenvolvimento econômico e social dos países.

O Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é um acordo importante que o Brasil mantém com 50 países em vias de desenvolvimento da América Latina e da África (BRASIL, 2000).

[...] por indicação da Declaração do Milênio aprovada pelas Nações Unidas, deverão, pelo compromisso do convênio, estar se coletivizando em prol de seu desenvolvimento, pela educação, pela transferência de tecnologia e de maiores oportunidade de qualificação de recursos humanos jovem, que vivem em um país em desenvolvimento (DESIDÉRIO, 2005, p. 7).

O PEG-G não deve ser tratado apenas como um acordo de cooperação, tampouco como um ato político (principalmente com os países africanos), mas como um ato de redenção do povo africano pelos quatro séculos de subserviência. O Brasil tem, assim, a oportunidade de se redimir historicamente, servindo a países que trouxeram para a sociedade brasileira suas riquezas culturais e contribuíram para o desenvolvimento econômico da nação. Araújo (2003) afirma que os escravos vindos da África não só contribuíram com seu trabalho nas lavouras e nas casas dos senhores, mas também aprenderam outras maneiras de sobreviver e ensinaram outras formas de ver a vida.

O PEC-G é de suma importância política e social para o Brasil e para os países incluídos nesse acordo. Todos os envolvidos diplomaticamente ganham com essa parceria, num crescimento que, além de individual, é coletivo. A contribuição brasileira para a inclusão social dos cidadãos estrangeiros se dá com a oferta de formação superior, para que eles possam, depois de formados, no retorno a sua terra, colaborar para o desenvolvimento de seus países; em contrapartida, esses estudantes ainda poderão atuar como embaixadores do Brasil em seus países de origem.

O papel da universidade brasileira, nesse contexto, é oferecer ensino superior de qualidade e contribuir para o crescimento pessoal e intelectual, preparando e formando jovens estudantes para que, no futuro, também possam contribuir na educação e desenvolvimento de seus lugares de nascimento. Como egressos, poderão colaborar na transformação da qualidade de vida de outras pessoas, criar oportunidades e projetos de construção de uma sociedade mais justa.

Um ex-aluno do PEC-G relata, em seu livro, a importância do convênio:

Além disso, ao falar da importância do PEC-G para os países participantes, incluímos o Brasil, seu principal membro, pois também as Instituições de Ensino Superior Brasileiras e os

nossos alunos têm se beneficiado com a vinda dos estudantes-convênio, africanos e latino-americanos, por meio do Programa. Com isso, podemos afirmar que o PEC-G tem, ao longo de mais de 60 anos de existência, alcançado seu objetivo primeiro, o de apoio à política de aproximação cultural entre os países (SUCUMA, 2006, p. 24).

Segundo Laus (2003), o PEC-G é reconhecido, atualmente, como um dos mais exitosos instrumentos para a internacionalização da Educação Superior. Declara ainda que, na Conferência Mundial de Educação Superior realizada pela UNESCO em 1998, o governo e as instituições universitárias públicas brasileiras reafirmaram a posição que define a educação como um bem público e patrimônio social.

Sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério da Educação (MEC), com o apoio das universidades de todo o país que disponibilizam vagas e selecionam os discentes, o objetivo do Programa é qualificar e formar estudantes estrangeiros que, posteriormente, regressarão aos países de origem como agentes modificadores, capazes de contribuir para o desenvolvimento da sua terra natal.

A Universidade Federal (UFES) *locus* de nossa pesquisa, recebe estudantes do PEC-G desde a década de 1970 do século passado. A partir do novo Protocolo de 1998, recebeu 13 estudantes, dos quais 6 já se diplomaram, 1 desistiu, 1 foi desligado e 5 permaneceram no Programa. Na ocasião da pesquisa, 7 participaram e 1 não participou.

São oferecidas poucas vagas, sendo uma por ano para cada um dos cursos de Biomedicina, Enfermagem e Medicina. É importante que a universidade ofereça vagas ao PEC-G como oportunidade de internacionalização da Educação Superior, de cooperação internacional, embora enfrente dificuldades para gerir internamente o Programa.

Neste artigo, o objetivo é identificar os fatores educacionais, econômicos e sociais do estudante PEC-G que, de alguma maneira, influenciam seu desempenho acadêmico. Pretendemos apresentar contribuições visando cooperar para a consolidação do Programa e para que, de fato, ele seja um instrumento transformador da sociedade na qual o estudante estrangeiro egresso estiver inserido.

Encaminhamentos metodológicos

O trabalho foi realizado em uma universidade federal localizada no interior do estado de Minas Gerais. Previamente, solicitamos a concordância dos sete participantes da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aprovamos o projeto de investigação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade.

Foi aplicado um questionário exploratório, visando recolher impressões, dificuldades, facilidades e expectativas do entrevistado diante da realidade do PEC-G e da instituição. Em seguida, os dados foram tabulados no *software* estatístico *Epiinfo*, versão 6.0, e analisados.

Comentário dos dados e discussão dos resultados

Dos estudantes do Programa Estudantes-Convênio Graduação (PEC-G) da Universidade, sete participaram da entrevista, e apenas um não mostrou interesse em responder o questionário. Quanto ao gênero, a maioria deles é do sexo feminino (85,7 %), com apenas (14,3%) pertencente ao masculino. Sobre a cor da pele, temos 28,6% de pessoas brancas, 14,3% da cor parda e 57,1% de negros. Todos são solteiros e a média de idade é de 23 anos. Com relação à procedência, esses estudantes têm origem nos seguintes países: um de Cabo Verde, três de Guiné-Bissau, um do Paraguai, um do Peru e um da Colômbia, todos eles matriculados nos cursos da área de Ciências da Saúde, assim distribuídos: um estudante em Biomedicina, dois em Enfermagem e quatro em Medicina.

Os estudantes do PEC-G moram, majoritariamente (85,7%), com outros colegas em república ou pensão; apenas 14,3% moram com o(a) companheiro(a). Quase todos têm pais casados (71,4%), 14,3% pais separados e o mesmo percentual têm pais falecidos. Os informantes possuem, em média, quatro irmãos e 60% deles alcançam renda familiar entre um e dois salários mínimos do Brasil, enquanto 40% têm renda entre 5 e 6 salários e sustentam, em média, 6,4 pessoas. Observa-se que a renda *per capita* da maioria é de R\$ 129,69. Em contrapartida, a maioria das famílias tem casa própria, em seu país de origem, adquirida com recursos próprios. Todos os estudantes do PEC-G recebem, ou já receberam, ajuda financeira mensal, em forma de bolsa do Projeto Milton Santos de Acesso

ao Ensino Superior (PROMISAES/MEC) ou contam com a ajuda da família. O PROMISAES tem por objetivo fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre países com os quais o Brasil mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura, consolidando uma política de intercâmbio que busca promover maior integração entre o Brasil e os países em desenvolvimento. O Projeto também oferece apoio financeiro, no valor de um salário-mínimo mensal, para alunos estrangeiros participantes do PEC-G regularmente matriculados em cursos de graduação de instituições federais de educação superior (IFES). O auxílio visa cooperar para a manutenção dos estudantes durante o curso, uma vez que muitos são oriundos de países em desenvolvimento.

Em média, os estudantes do PEC-G se mantêm no Brasil com R\$ 748,57 mensais. A maioria tomou conhecimento do Programa por intermédio da embaixada do Brasil em seu país de origem, com exceção de dois casos: em um deles o estudante ficou conhecendo o Programa pelo irmão e em outro, no colégio em que cursou o Ensino Médio. Conforme a pesquisa, os estudantes declaram ter escolhido o Brasil por vários motivos, descritos a seguir: 1) o Brasil abre maior número de vagas; 2) o Estado brasileiro se preocupa mais com os problemas africanos; 3) sentirem mais afinidade com o país; 4) acreditarem que aqui há melhores possibilidades na área de ensino; 5) o Governo brasileiro investe mais em educação; 6) porque nosso país tem melhor infraestrutura; 7) por terem maior identificação com o povo brasileiro, sua cultura, clima e língua; 8) as universidades são bem conceituadas em seu país; 9) o ensino é ótimo na área da ciência da saúde; 10) os irmãos estudaram no Brasil; 11) ouviram falar bem do país e, por isso, sempre tiveram vontade de estudar aqui, mostram simpatia e, por fim, viram no Brasil uma ótima oportunidade para se tornarem excelentes profissionais.

Os estudantes do PEC-G já conheciam um pouco a respeito do Brasil pelos meios de comunicação, principalmente televisão e internet, e acreditam haver pouca divulgação das instituições brasileiras em seus países de origem.

O ingresso de todos os estudantes do PEC-G na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) foi por meio de processo seletivo realizado pela Divisão de Temas Educacionais (DCT/MRE) e a Coordenação-Geral de Relações Estudantis da SeSU/MEC, assessoradas por uma comissão indicada pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais

e Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, sendo que 50% fizeram o curso preparatório para prestar o exame. Dos estudantes entrevistados, 100% conhecem o protocolo – conjunto de normas que regulamenta o PEC-G que entre si celebram os ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Educação (MEC) e 33,3% deles não mudariam nada, enquanto 66,7% mudariam algo no protocolo vigente, especialmente a cláusula 17 do parágrafo 2.º que diz: “O estudante-convênio desligado da IES por conduta imprópria, reprovação, jubramento ou abandono de estudos, de acordo com as normas do Protocolo e da IES em que se encontra matriculado, perde a qualidade de estudante-convênio, não podendo ser encaminhado a outra IES”, devendo retornar ao seu país de origem. Um estudante sugeriu colocar o primeiro ano letivo como etapa de preparação para ingresso na faculdade, algo equivalente, no Brasil, a um cursinho preparatório para o vestibular que permita ao estudante estar mais bem preparado para cursar o nível superior.

Dos estudantes entrevistados, 85,7% acreditam que os professores da universidade desconhecem o protocolo e somente 14,3% acham que os docentes o conhecem. Quanto ao regimento geral da universidade, 57,1% responderam positivamente, por meio do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), enquanto 42,9% não têm conhecimento.

No que se refere ao desempenho estudantil, tem-se que 85,7% foram reprovados no primeiro ano do curso e somente 14,3% avançaram sem reprovação. Entre os motivos das reprovações, os estudantes alegam o processo de adaptação a uma nova cultura, o fuso horário, a alimentação, o ensino, o ritmo de vida, a saudade da família, a língua portuguesa, a falta de integração; também avaliaram que a disciplina em que foram reprovados possui conteúdo muito difícil. Um dos estudantes declarou que não teve ajuda nem compreensão de alguns docentes. Após o primeiro ano, apenas dois haviam sido reprovados nas disciplinas de Fisiologia I e II; Bioquímica Básica; Embriologia; Imunologia; Microbiologia; Farmacologia e Parasitologia.

No entanto, alguns estudantes que fizeram cursinho preparatório para ingressar no PEC-G tiveram menos reprovações em disciplinas e/ou em períodos letivos. Quanto aos problemas de adaptação quando da chegada ao Brasil, foi atribuída uma nota de 0 a 5, de acordo com o grau de dificuldade de cada um (Tabela 1).

Tabela 1: Grau de dificuldade na fase de adaptação na universidade

Situação	Grau de Dificuldade (Média)
Financeira	3,57
Alugar imóveis	2,57
Disciplinas do curso escolhido	2,57
Burocracia imposta pela Polícia Federal	2,14
Diferença da Língua Portuguesa	2,14
Preconceito (forma de acesso sem prestar o vestibular, ser oriundo de países subdesenvolvidos e racismo)	1,43
Socialização com estudantes e professores	1,43

Fonte: Secretaria de Educação Superior (SESU), elaboração dos autores.

Dos estudantes entrevistados, 51,1% sentiram falta de um acolhimento quando chegaram à cidade da instituição que os aceitou, enquanto 42,9% responderam que a falta de acolhimento não fez nenhuma diferença; 57,1% cursaram o Ensino Médio em escola pública e 42,9%, em escola particular. E disseram que o currículo do Ensino Médio em seu país deu-lhes base para o curso superior escolhido, e ainda afirmaram que o ensino em seu país é equivalente ao brasileiro, com apenas uma estudante de Guiné-Bissau avaliando que existe discrepância entre o curso em sua terra natal e o Ensino Médio no Brasil.

Os estudantes do PEC-G levaram em média três anos entre a conclusão do Ensino Médio e o ingresso nos cursos de graduação da universidade. Comentaram que a falta da família afeta o seu desempenho nos estudos, devido à dificuldade de retornarem para sua terra natal; 43,9% não voltaram ao seu país depois do ingresso na universidade; 43,9% regressaram somente uma vez e apenas 14,3% voltaram mais de três vezes ao seu país de origem. A comunicação com a família é feita, na maior parte das vezes, pela internet, correio eletrônico ou outros comunicadores instantâneos, e 14,3% por telefone fixo, com periodicidade semanal.

Quanto à percepção que eles têm dos professores da universidade, afirmam que alguns docentes são receptivos, outros não, mas que todos os tratam igualmente e estão bem preparados para o papel que cumprem na universidade. A minoria dos estudantes considera que os docentes são acessíveis, competentes, solícitos e preocupados. Um estudante declarou que dois professores tiveram consideração e entenderam as dificuldades que enfrenta. Segundo outro estudante, “[...] tem uns que até nos sacaneiam, são muito injustos.” Outros consideraram

que no começo foi difícil, mas com o passar do tempo entenderam melhor o método de trabalho de cada um. Conclui outra aluna: “Cada um tem uma forma diferente de trabalhar e nós respeitamos”.

Sobre os estudantes brasileiros matriculados na universidade, apesar de não conhecerem o Programa, mostram-se compreensivos, prestativos e amigos; há também os indiferentes; alguns estudantes do PEC-G não sentiram nenhuma rejeição ou preconceito por parte dos colegas. Uma informante disse:

[...] nunca me deixaram sentir-se sozinha, que a maioria é compreensiva, solidária (tenho grandes amigos), mas outros olham para nós com preconceitos pelo fato de irmos mal nas matérias, acham que não somos inteligentes e nos excluem, outros são cooperativos e acolhedores, são legais, são bons colegas, alguns são até excelentes colegas.

A respeito dos colaboradores da instituição (funcionários técnico-administrativos), os entrevistados avaliam que eles são bons, que colaboram e ajudam “de coração aberto”, são gentis e solidários, ajudam nas dificuldades, fornecem informações, orientam e dão apoio quando necessário, os receberam bem e os trataram como aos demais estudantes da instituição, enfim, cada um ajuda de algum jeito.

No decorrer do curso, entre as maiores dificuldades dos estudantes do PEC-G na instituição está a Língua Portuguesa, principalmente quanto à fala, que todos disseram ser o maior problema, e na compreensão dos textos. A maioria costuma estudar individualmente e apenas alguns o fazem em grupo. Usam a biblioteca para estudos ou pesquisa mais de três vezes por semana.

Sobre projetos de pesquisa e extensão, 71,5% dos estudantes participam e 28,5% não. Todos frequentam grupos de estudos e costumam tirar as suas dúvidas, primeiro com o professor, em seguida com o colega mais próximo e, por último, com o monitor. São 85% os que estão participando de alguma liga na universidade: Liga de Feridas, de Desenvolvimento Humano, de Dor, de Cardiologia, de Geriatria e Gerontologia, de Hipertensão, de Diabetes e Life, e apenas 14,3% não estão inscritos em nenhuma delas.

Dos estudantes matriculados por meio do programa convênio 57,1% fizeram o curso de português para estrangeiros oferecido pelo curso de Letras da insti-

tuição, com média 7,5 de aproveitamento; 42,9% não fizeram o curso por diversas razões, sendo a falta de tempo a principal. Os estudantes oriundos de países que não têm a língua portuguesa como oficial são obrigados a prestar exame de proficiência da língua para estrangeiros (CELPE/Brás)¹ e, para se matricularem na IFES, precisam obter aprovação.

Os estudantes que vieram de países que têm a língua portuguesa como oficial apresentaram maiores dificuldades na fala e na escrita; alegam que no cotidiano usam dialetos e que não é comum o uso da língua oficial. Aqueles que vieram de países não lusófonos foram obrigados a realizar o Curso CELPE-Bras e apresentam menor dificuldade no desempenho acadêmico.

Os estudantes aproveitam horas vagas e feriados para estudar, praticam atividades físicas, assistem a filmes, leem livros não didáticos, colocam as atividades escolares em dia, veem televisão, atualizam a conversa com os amigos e, quando têm dinheiro, pois a bolsa costuma atrasar muito, viajam para outras cidades. Nas férias, quase todos fazem praticamente a mesma coisa que nas horas vagas, somente um estudante declarou ir para sua cidade natal. Sobre a cidade-sede da IFES, consideram que é boa e tranquila; apenas uma aluna não concorda, pois já foi assaltada. Em relação aos habitantes da cidade, todos são da mesma opinião: são amáveis e comunicativos. Quanto aos aspectos sociais, culturais e de lazer eles os consideram pouco criativos, destacam as poucas opções existentes e a falta de um centro recreativo na cidade. Eles vão somente ao cinema, a um bar e acreditam que, por se tratar de uma cidade universitária, quase não têm opções durante as férias. Segundo um dos informantes, “[...] sem estudante a cidade não tem vida.” Durante o ano letivo, vão a festas promovidas pelos diretórios acadêmicos e pela comunidade universitária.

De todos os estudantes entrevistados, somente um morou no Brasil antes do seu ingresso no PEC-G. 85,7% têm planos de voltar ao Brasil para fazer pós-graduação por meio da modalidade de apoio a esse nível de estudos, o PEC-PG. A respeito do relacionamento entre os colegas do PEC-G na IFES, 57,1% concordam que é bom e 42,9% acham que é excelente.

Perguntamos aos estudantes o que é ser estrangeiro no Brasil. Transcreveremos na íntegra o sentimento de cada um:

Senti em casa, tirando a saudade que aperta o resto é tranquilo, o povo brasileiro é muito receptivo, acolhedor.

É uma experiência única em relação à troca (intercâmbio cultural, conhecimento e crescimento pessoal).

Ficam curiosos, depois só depende de você porque o povo é bem acolhedor.

É ser corajoso, forte para enfrentar a variedade de dificuldades (língua ensino/IFES) e conservar nossos valores. E ser responsável nos nossos objetivos, estudar para não decepcionar nossos pais e o nosso país.

É ser um indivíduo diferenciado, não digo discriminado, mas é ser acolhido por muitos e rejeitado por alguns.

É gratificante de um lado, mas por outro é aborrecido, não sei se é por causa da pele, porque me parece que para muitos essa questão é importante. Por outro lado é bom, pois o povo brasileiro é na sua maioria muito acolhedor, de fácil amizade, comparando com os povos de outros países.

Bom, é uma forma diferente de vida, acredito que é uma forma muito bonita de você crescer e conhecer pessoas, no começo tudo é muito diferente e muito difícil, mas com o passar do tempo você se sente parte do Brasil.

Nesses relatos, percebemos sentimentos fortes e sinceros e que, apesar de os estudantes estrangeiros estarem longe de seus países e do convívio familiar, além de todas as outras dificuldades relatadas, estão convictos de que a oportunidade de vir estudar no Brasil foi uma conquista ímpar em suas vidas, podendo retornar, ao final do curso, como bons profissionais, com experiência de vida e de amadurecimento de muito valor, conscientes de que serão agentes transformadores de uma sociedade melhor e mais justa aqui no Brasil e em seus países de origem.

Considerações finais

Evidenciamos que o preconceito racial, a procedência, a forma de ingresso dos estudantes do PEC-G são fatores que não influenciam a adaptação e o acolhimento desses estudantes pela comunidade da IFES; que professores, demais

estudantes e técnicos administrativos não conhecem as normas do programa e que o PEC-G deve ser mais amplamente divulgado na IFES.

Existem muitas dificuldades para manter esse programa na IFES: não há alojamento destinado aos estudantes PEC-G nem verba específica para ajudá-los em casos emergenciais; ainda não existe um projeto de tutoria à disposição dos estudantes e o que complementa os valores em dinheiro recebidos da família para sua sobrevivência na cidade é o auxílio financeiro mensal do PROMISAES. No caso da cláusula 17 das normas do Protocolo do PEC-G, de 2000, a IFES pode opinar a respeito da situação acadêmica do estudante, cabendo a decisão final à Divisão de Cooperação Educacional (DCE) e à Coordenação-Geral de Relações Acadêmicas de Graduação no Ministério da Educação (CGRAG/DEPEM/SESu/MEC).

A recomendação seria o estudante conveniado ao PEC-G sujeitar-se somente às normas do Regimento Geral da IFES na qual está matriculado, sendo desligado nas mesmas condições que as do estudante brasileiro. Atualmente, o estudante vinculado ao Programa está sujeito a duas regras: a do Protocolo do PEC-G e a do Regimento Geral da universidade que o acolhe.

Para amenizar alguns desses problemas, acreditamos que a IFES deveria implantar um setor de Relações Internacionais com estrutura de pessoal e apoio psicológico e pedagógico, mecanismo que permitirá receber, acompanhar e orientar a vida acadêmica dos estudantes do PEC-G de seu ingresso à conclusão do curso.

Problemas apontados pelos estudantes estrangeiros interferem ou já interferiram no desempenho acadêmico, como reprovação, dificuldade financeira, aluguel, comunicação e expressão em língua portuguesa, adaptação local, saudade dos familiares, falta de lazer, medo do desligamento do programa. A IFES procura, de alguma forma, cumprir seu papel de formar bons profissionais e contribuir para o desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade na qual está inserida.

O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação, em reuniões regionais realizadas com as instituições e os estudantes do programa, discutiram os problemas existentes e se comprometeram a apresentar um novo protocolo. No entanto, até 2012, não foi assinado novo documento.

Dessa maneira, devem-se buscar meios alternativos para abrandar as angústias dos estudantes. Uma das alternativas seria o estudante estrangeiro ser submetido a um teste de aptidão ao ser selecionado para o curso que realmente escolheu e que este curso esteja em consonância com o mercado de trabalho do seu país; quanto a este item, caberia ser orientado para escolher um curso em

que possa contribuir para o desenvolvimento do seu lugar de origem. A outra alternativa seria estabelecer exigências mais rigorosas no processo seletivo e a comprovação de um certo nível de renda para sobreviver no Brasil.

O Programa funciona como um acordo internacional entre o Brasil e os países da América Latina e África e não se caracteriza como assistencialista. No entanto, possui regras que as instituições nacionais envolvidas – MRE, MEC e IFES – e os estudantes-convênio acolhidos, bem como seus países de origem, precisam cumprir.

Apesar dos problemas apresentados pelo PEC-G, os estudantes o legitimam e o reconhecem no Brasil e em seus países, assim como seus pais e todas as pessoas que participam do convênio. O Brasil recebe quase três mil estudantes PEC-G nas universidades; isso significa que, com todas as dificuldades, ele atende às necessidades dos países em desenvolvimento na formação de recursos humanos e promove inclusão social. Cabe consolidá-lo como uma iniciativa pública que opere com eficiência e qualidade para o aperfeiçoamento e a melhor adaptação dos estudantes à realidade das IES brasileiras, reduzindo, desse modo, seus índices de desligamento e desistência. Conforme registros do DRCA, a desistência aconteceu por motivo de doença e o desligamento de 1 estudante em virtude do não cumprimento da Cláusula 17, § 2º do Protocolo do PEG.²

Por fim, é necessária a compreensão de que oferecer formação superior a cidadãos estrangeiros por meio de programas como o PEC-G é um passo importante para a Educação Superior brasileira, pois os acordos internacionais inserem-se no contexto da política externa do país, no âmbito de suas negociações de natureza econômica, comercial, tecnológica, cultural e diplomática, além de estreitar os laços de amizade e de cooperação com outras nações e de promover o reconhecimento e o respeito pelas diferenças e pela identidade cultural, contribuindo para enriquecimento pessoal e profissional, o que tem impacto direto na qualidade de vida das pessoas e de uma nação.

Notas

- 1 Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, desenvolvido e outorgado pelo Ministério da Educação, aplicado no Brasil e em outros países com apoio do Ministério das Relações Exteriores. É o único

certificado brasileiro de proficiência em português reconhecido oficialmente como língua estrangeira. Internacionalmente, é aceito em empresas e instituições de ensino como comprovação de competência na língua portuguesa e, no Brasil, é exigido pelas universidades para ingresso em cursos de graduação e em programas de pós-graduação.

- 2 Cláusula 17 – O estudante-convênio desligado da IES por conduta imprópria, reprovação, jubileamento ou abandono de estudos, de acordo com as normas deste Protocolo e da IES em que se encontra matriculado, perde a qualidade de estudante-convênio, não podendo ser encaminhado a outra IES.

§ 1.º – Entende-se como conduta imprópria aquela que atente contra as normas disciplinares da IES e a Legislação Brasileira, bem como as manifestações ostensivas de transgressão de normas de convivência social.

§ 2.º – Será, ainda, desligado do PEC-G o estudante-convênio que for reprovado duas vezes na mesma disciplina, ou em mais de duas disciplinas no mesmo período letivo, após o primeiro ano de estudos, bem como aquele que trancar sua matrícula, exceto por motivo de saúde própria ou dos genitores, devidamente comprovado junto à IES.

Referências

ARAÚJO, K. C. *Áfricas no Brasil*. São Paulo: Scipione, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. *Manual do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação*. Brasília, DF: Governo Federal, 2000.

DESIDÉRIO, E. *Migração internacional com fins de estudo: o caso dos africanos do Programa Estudante-Convênio de Graduação em três universidades públicas no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado)- Escola Nacional de Ciências Estatísticas/IBGE, Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

LAUS, S. P. *Alguns desafios postos pelo processo de internacionalização da educação superior no Brasil*. Projeto Internationalization of Higher Education in Latin America. Divisão de Educação Superior e Ciência e Tecnologia do Banco Mundial. 2003.

SUCUMA, A. *Os novos desafios da globalização na África e América Latina*. João Pessoa: Idéia, 2006.

recebido em 15 jul. 2012 / aprovado em 26 fev. 2013

Para referenciar este texto:

KARWOSKI, A. M.; SILVA, D. P.; MARTINS, N. R. Inserção de estrangeiros no programa de Estudantes Convênio de Graduação em uma universidade federal no interior do Estado de Minas Gerais – Brasil. *Dialogia*, São Paulo, n. 17, p. 113-126, jan./jun. 2013.